

Ineditoriais

ASSOCIAÇÃO DE COMBATE AO CÂNCER EM GOIÁS

EXTRATO DE ADESÃO DE REGISTRO DE PREÇO

CNPJ: 01.585.595/0001-57. Situada à Rua 239, N.º 206, Setor Universitário, Goiânia - GO. Extrato de Ingresso e Utilização da Ata de Registro de Preço N.º 009/2016 SRP N.º 005/2016. Fornecedor Registrado: PHILIPS MEDICAL SYSTEMS LTDA - CNPJ: 58.295.213-11. Objeto: Item 02 - Quantidade: 01 - Unidade: UND - Descrição: Equipamento RAI0 X - COMPACTO AR - Marca: Philips. Dotação Orçamentária: Órgão Concedente: Ministério da Saúde - Convênio 824916/2015 - Programa: REDE DE ATENÇÃO ONCOLÓGICA / CENTRO DE ALTA COMPLEXIDADE E ONCOLOGIA - Orçamento Programa-Objeto: Aquisição de Equipamento e Material Permanente para Unidade de Alta Complexidade em Oncologia. Valor Unitário: R\$ 92.500,00 (Noventa e dois mil e quinhentos reais). Valor Total: R\$ 92.500,00 (Noventa e dois mil e quinhentos reais). Fundamento: Ata de Registro de Preços N.º 009/2016 SRP N.º 005/2016 (Pregão Eletrônico para Registro de Preço). Item 02 do Edital da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Velho/RO,

ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR PADRE JOÃO BERTHIER

AVISO CONCORRÊNCIA Nº 1/2016

Tipo Menor Preço

Regime de Execução - Empreitada por Preço Unitário
OBJETO: Contratação de empresa de engenharia para executar obras do contrato nº 814336/2014-0 firmado entre a Associação Hospitalar Pe. Joao Berthier e o Ministério da Saúde, por intermédio da Caixa Econômica Federal, incluindo fornecimento de material, disponibilização de mão-de-obra e equipamentos, consistente em REFORMA DAS ALAS 'A' E 'D'; EXECUÇÃO DE RAMPAS E MARQUISE EXTERNA; SUBSTITUIÇÃO DE ESQUADRIAS E PASTILHAMENTO EXTERNO DO BLOCO FRONTAL, SUBSTITUIÇÃO DO TELHAMENTO E ACESSÓRIOS, CONFORME INDICADO NOS PROJETOS E MEMORIAIS, nos termos do Edital e seus Anexos. VALOR MÁXIMO: O preço total máximo é de R\$1.539.329,69 (um milhão, quinhentos e trinta e nove mil, trezentos e vinte e nove reais e sessenta e nove centavos). DATA E HORÁRIO DA ABERTURA E JULGAMENTO DOS ENVELOPES DE PROPOSTA DE PREÇOS JÁ ENTREGUES: Dia 22/03/2017, às 9:00 hs, na sede da ASSOC. HOSPITALAR PE JOAO BERTHIER, R. Osvaldo Cruz, 56, São Carlos-SC. Informações: Na Assoc. Hosp. Pe. João Berthier, das 8h às 17h ou fone (49) 3325-4255.

São Carlos-SC, 3 de março de 2017.
LEO JOSE PICCINI
Presidente da Associação

ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÕES PRESENCIAIS

A Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro comunica a abertura dos processos licitatórios:

Pregão Presencial 004/2017. Data: 24/03/2017 às 14h00min
Pregão Presencial 005/2017. Data: 27/03/2017 às 10h00min.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS

CNPJ Nº 04.724.690/0001-82

BALANÇO PATRIMONIAL

Posição (valores em reais/R\$) em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

| Ativo | 2016 | 2015 |
|---|----------------|----------------|
| Ativo | 19.125.101,53 | 28.987.752,85 |
| Circulante | 18.136.299,59 | 27.388.857,76 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 4.923.195,42 | 13.324.311,06 |
| Bancos/caixa - recursos com restrição | 1.166,48 | 37.001,44 |
| Aplicações Financeiras - recursos com restrição | 4.922.028,94 | 13.287.309,62 |
| Outros Valores a Receber | 13.213.104,17 | 14.064.546,70 |
| Clientes | 12.738.915,26 | 13.681.548,88 |
| Adiantamento a fornecedores | 270.991,91 | 266.309,36 |
| Impostos a recuperar | 59.796,30 | 49.286,30 |
| Adiantamento de férias | 112.752,47 | 54.407,37 |
| Outros créditos | 2.582,23 | 1.172,60 |
| Despesas do exercício seguinte | 28.066,00 | 11.822,19 |
| Não Circulante | 988.801,94 | 1.598.895,09 |
| Imobilizado | 930.603,07 | 1.398.496,14 |
| Bens próprios com restrição | 3.898.176,16 | 4.050.082,85 |
| (-) Depreciações acumuladas | (2.967.573,09) | (2.651.586,71) |
| Intangível | 58.198,87 | 200.398,95 |
| Sistemas Aplicativos - Software - com restrição | 1.430.651,77 | 1.390.240,86 |
| (-) Amortizações acumuladas | (1.372.452,90) | (1.189.841,91) |

Pregão Presencial 006/2017. Data: 28/03/2017 às 14h00min.

Pregão Presencial 007/2017. Data: 30/03/2017 às 14h00min.

Pregão Presencial 008/2017. Data: 31/03/2017 às 14h00min.

Pregão Presencial 009/2017. Data: 05/04/2017 às 14h00min.

Fonte de Recurso: PRONON 2014 - SIPAR 25000.162.159/2014-51. O objeto desses processos licitatórios são equipamentos laboratoriais destinados ao Laboratório Genômico.

Os editais deverão ser solicitados pelos e-mails: jaqueline.orchulhak@hpp.org.br e bruno.goncalves@hpp.org.br. Autorizado pelo Representante Legal: José Álvaro da Silva Carneiro, em 09/03/2017.

Em 9 de março de 2017.

JOSÉ ÁLVARO DA SILVA CARNEIRO

p/ Equipe de Pregão

ASSOCIAÇÃO PROGRAMA UM MILHÃO DE CISTERNAS PARA O SEMI ÁRIDO

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA

A ASSOCIAÇÃO PROGRAMA UM MILHÃO DE CISTERNAS PARA O SEMIÁRIDO - APIMC, entidade sem finalidade econômica, qualificada como OSCIP, com sede na Rua Monte Alverne, nº 287, bairro do Hipódromo - Recife - PE, inscrita no CNPJ.MF sob nº 05.080.329/0001-23, convoca todos os interessados a participar do edital de chamada pública Nº 01/2017 cujo o objeto é a seleção de entidades privadas sem fins lucrativos para a prestação de serviços à APIMC de apoio à execução do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: Uma Terra e Duas Águas (P1+2), visando à implementação de tecnologias sociais de acesso à água para produção de alimentos, de acordo com os modelos propostos nas Instruções Operacionais SESAN/MDS nº 05, de 09.12.2013 - Barragem Subterrânea, nº 02, de 09.07.2015 - Cisterna de Enxurradas, nº 03, de 09.07.2015 - Barreiro Trincheira e nº 05, de 09.07.2015 - Cisterna Calçadão, a fim de contribuir, por meio de processo educativo, para a transformação social, visando à preservação, o acesso, o gerenciamento e a valorização da água como direito essencial à vida e à cidadania, ampliando a compreensão e a prática de convivência sustentável e solidária com o ecossistema do semiárido. Os recursos são oriundos do Termo de Parceria nº 02/2013, celebrado com o MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO (MDSA). A abertura da chamada pública ocorrerá no dia 23/03/2017, no seguinte endereço: Rua Nicarágua, 111, bairro do Espinheiro - Recife-PE e os envelopes contendo toda a documentação devem ser entregues neste endereço até o dia 22/03/2017 às 18hs. O edital e todas as demais informações necessárias para conhecimento dos interessados estão no sítio www.ap1mc.org.br.

NAIDISON DE QUINTELLA BAPTISTA

Presidente da Associação

BANCO COOPERATIVO DO BRASIL S/A

CNPJ/MF nº 02.038.232/0001-64

NIRE nº 5330000552-4

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Conselho de Administração do Bancoob convoca os Acionistas a reunirem-se em AGO, a ser realizada no dia 11 de abril de 2017, às 16:30 (dezesesseis horas e trinta minutos), na sede social, localizada no SIG, Quadra 6, Lote 2.080, 3º andar, em Brasília/DF, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: 1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31/12/2016, juntamente com os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal; 2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2016 e a distribuição de dividendos; 3. Fixar a remuneração dos conselheiros de administração e dos diretores; 4. Eleger os conselheiros fiscais, titulares e suplentes, e fixar a remuneração. Notas: I. Os documentos obrigatórios e pertinentes às matérias a serem debatidas na AGO e discriminados no art. 133, I, II, III e IV, da Lei nº 6.404/1976 foram publicados no Diário Oficial da União e no Valor Econômico, no dia 17/2/2017. II. É assegurada aos acionistas minoritários, titulares de, no mínimo, um décimo do capital social votante, a faculdade de requererem, no prazo de 48 horas antes da data da AGO, a adoção do processo de voto múltiplo na eleição dos Conselheiros de Administração, na forma prevista em lei. III. Os acionistas preferencialistas que pretenderem participar da AGO para o fim de eleger, em votação em separado, um Conselheiro Fiscal efetivo e um suplente, deverão exercer seu direito de voto por meio de seu representante legal ou por procurador, constituído há menos de um ano, e observar todo o teor do art. 126 da Lei nº 6.404/1976; os respectivos instrumentos de eleição ou de mandato deverão ser depositados na sede do Bancoob até o dia 1/4/2017.

Brasília-DF, 21 de fevereiro de 2017.

HENRIQUE CASTILHANO VILARES

Presidente do Conselho

CALHEIRA ALMEIDA S/A

CNPJ Nº 15.138.993/0001-30

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

São convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em AGOE a se realizarem conjuntamente no dia 10 de abril de 2017, às 14,00 horas na sede social na Av. Estados Unidos 45, Sala 410, Comércio, Salvador-Ba. para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: AGO: a) Prestação de Contas dos Administradores, exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2016; b) Eleição da Diretoria e fixação das respectivas remunerações. AGE: a) Consolidação dos Estatutos.

JOSÉ CARLOS BRITO DORIA

Diretor

AVISO

Comunicamos que se encontram à disposição dos Senhores Acionistas os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei 6.404/76, relativos ao exercício findo em 31/12/2016.

Salvador (Ba), 09 de março de 2017

JOSÉ CARLOS BRITO DORIA

Diretor

| Passivo | 2016 | 2015 |
|--|----------------|-----------------|
| Passivo | 19.125.101,53 | 28.987.752,85 |
| Circulante | 3.152.091,50 | 4.127.232,82 |
| Encargos sociais a recolher | 235.744,66 | 354.014,89 |
| Encargos tributários a recolher | 161.156,82 | 186.042,05 |
| Fornecedores | 275.349,40 | 576.477,40 |
| Provisão para férias e encargos | 1.080.034,23 | 1.238.441,85 |
| Provisão contratos de serviços | 1.054.167,73 | 1.692.772,45 |
| Outras contas a pagar | 345.638,66 | 79.484,18 |
| Patrimônio Social Líquido | 15.973.010,03 | 24.860.520,03 |
| Reservas | 4.477.740,82 | 8.954.297,69 |
| Reserva técnica - com restrição | 4.477.740,82 | 8.954.297,69 |
| Superávit Acumulados | 11.495.269,21 | 15.906.222,34 |
| Superávit de Exercícios anteriores - com restrição | 20.382.779,21 | 36.196.368,01 |
| Déficit/Superávit do Exercício - com restrição | (8.887.510,00) | (20.290.145,67) |

DEMONSTRAÇÃO DO DÉFICIT E SUPERÁVIT

| | 2016 | 2015 |
|---------------------------------------|---------------|--------------|
| (+) Receita Bruta | 15.721.668,07 | 9.986.165,24 |
| COM RESTRIÇÃO | | |
| Contrato de Gestão | 11.595.310,00 | 8.000.000,00 |
| Recuperação de despesas/ressarcimento | 228.054,93 | 251,00 |
| Serviços prestados a terceiros | 3.828.303,14 | 1.957.221,28 |
| Doações e indenizações | 0,00 | 28.692,96 |



| | | |
|--|-----------------|-----------------|
| Patrocínio | 70.000,00 | 0,00 |
| (-) Deduções da Receita Bruta | (371.194,43) | (96.920,68) |
| ISSQN sobre faturamento | (181.953,11) | (96.920,68) |
| Cancelamento de Notas Fiscais | (189.241,32) | 0,00 |
| (=) Receita Líquida | 15.350.473,64 | 9.889.244,56 |
| (-) Despesas Operacionais - Contrato de Gestão | (21.521.058,35) | (30.192.148,00) |
| Despesas gerais e administrativas | (1.666.565,14) | (1.968.914,74) |
| Despesas com pessoal e encargos | (14.101.539,05) | (18.239.712,25) |
| Serviços de terceiros | (1.569.061,66) | (4.807.353,21) |
| Aluguéis e arrendamentos | (2.764.159,28) | (3.113.801,09) |
| Impostos e Taxas | (64.605,28) | (52.144,97) |
| Diárias | (308.004,86) | (524.354,73) |
| Passagens | (349.646,11) | (656.224,55) |
| Promoções e eventos | (4.401,00) | (69.467,64) |
| Outras Despesas operacionais | (45.041,56) | (92.412,18) |
| Depreciações e Amortizações | (648.034,41) | (667.762,64) |
| (-) Despesas Operacionais - Outros Contratos | (3.344.428,18) | (1.671.354,50) |
| Despesas gerais e administrativas | (289.311,35) | (53.218,78) |
| Despesas com pessoal e encargos | (1.410.843,73) | (393.623,61) |
| Serviços de terceiros | (1.083.912,93) | (473.266,74) |
| Aluguéis e arrendamentos | (163.443,17) | (55.243,17) |
| Impostos e taxas | 0,00 | (1.592,89) |
| Diárias | (126.195,02) | (22.913,75) |
| Passagens | (247.438,10) | (37.204,15) |
| Promoções e eventos | (19.801,15) | (10.305,02) |
| Outras despesas operacionais | (2.190,00) | (2.818,67) |
| Depreciações e amortizações | (1.292,73) | (1.292,72) |
| Perdas Estimadas de créditos - PECLD | 0,00 | (619.875,00) |
| (=) Resultado Operacional Bruto | 9.515.012,89 | (21.974.257,94) |
| (+/-) Resultado Financeiro | 627.502,89 | 1.684.112,27 |
| Despesas financeiras - contrato de gestão | (285.950,35) | (513.583,10) |
| Despesas financeiras - outros contratos | (40.133,68) | (42.580,59) |
| Receitas financeiras - contrato de gestão | 720.846,92 | 2.034.067,05 |
| Receitas financeiras - outros contratos | 232.740,00 | 206.208,91 |
| Déficit/ Superávit do Exercício | (8.887.510,00) | (20.290.145,67) |

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

| Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais | 2016 | 2015 |
|---|----------------|-----------------|
| Superávit/(Déficit) líquido do exercício | (8.887.510,00) | (20.290.145,67) |
| Ajustes por: | | |
| Depreciação e amortização | 649.327,14 | 669.055,36 |
| Ajuste de exercícios anteriores | 0,00 | 627.236,93 |
| Perdas por baixa de bens inservíveis | 1.176,92 | 3.749,56 |
| Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa | 0,00 | 619.875,00 |
| Variação nos saldos dos ativos: | | |
| (Aumento)/Redução em clientes | 942.633,62 | 18.757.297,08 |
| (Aumento)/Redução em adiantamentos | (4.682,55) | 226.344,52 |
| (Aumento)/Redução em outras contas ativas | (86.508,54) | 6.190,50 |
| Variação nos saldos dos passivos: | | |
| Aumento/(Redução) nos encargos sociais e tributários | (143.155,46) | (107.830,05) |
| Aumento/(Redução) em Fornecedores | (301.128,00) | 31.319,26 |
| Aumento/(Redução) nas provisões trabalhistas | (158.407,62) | (118.728,56) |
| Aumento/(Redução) em provisões contratos de serviços | (638.604,72) | (143.086,07) |
| Aumento/(Redução) em outras contas a pagar | 266.154,48 | (241.301,43) |
| Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais | (8.360.704,73) | 39.976,43 |
| Fluxos de caixa das atividades de investimentos: | | |
| (-) Compra do Ativo Imobilizado | 0,00 | (97.649,81) |
| (-) Compra do Ativo Intangível | (40.410,91) | (27.951,28) |
| Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimento | (40.410,91) | (125.601,09) |
| Aumento/Diminuição Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa | (8.401.115,64) | (85.624,66) |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do período | 13.324.311,06 | 13.409.935,72 |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do período | 4.923.195,42 | 13.324.311,06 |
| Variação do Caixa e Equivalentes de Caixa | (8.401.115,64) | (85.624,66) |

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL LÍQUIDO

| | Déficit/ Superávit Acumulados | Déficit/ Superávit do Exercício | Reserva Técnica | Total |
|--|----------------------------------|------------------------------------|-----------------|-----------------|
| Saldo em 31/12/2014 | 32.189.772,30 | 5.583.247,65 | 6.750.408,82 | 44.523.428,77 |
| Incorporação do superávit 2014 | 5.583.247,65 | (5.583.247,65) | 0,00 | 0,00 |
| Ajuste Superávit Exercícios Anteriores | 627.236,93 | 0,00 | 0,00 | 627.236,93 |
| Transferência para Reserva Técnica | (2.203.888,87) | 0,00 | 2.203.888,87 | 0,00 |
| Déficit do Exercício | 0,00 | (20.290.145,67) | 0,00 | (20.290.145,67) |
| Saldo em 31/12/2015 | 36.196.368,01 | (20.290.145,67) | 8.954.297,69 | 24.860.520,03 |
| Incorporação do Déficit 2015 | (20.290.145,67) | 20.290.145,67 | 0,00 | 0,00 |
| Transferência para Reserva Técnica | 4.476.556,87 | 0,00 | (4.476.556,87) | 0,00 |
| Déficit do exercício | 0,00 | (8.887.510,00) | 0,00 | (8.887.510,00) |
| Saldo em 31/12/2016 | 20.382.779,21 | (8.887.510,00) | 4.477.740,82 | 15.973.010,03 |

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (Valores expressos em Reais)

Nota 1 - Contexto operacional - O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE, qualificado como organização social pelo Decreto nº 4.078, de 9 de janeiro de 2002, com sede e foro em Brasília-DF, tem por finalidade a realização e promoção de estudos e pesquisas prospectivas na área de ciência e tecnologia e inovação, bem como desenvolve atividades de avaliação de estratégias e de impactos econômicos e sociais das políticas, programas e projetos científicos e tecnológicos. As atividades desenvolvidas pelo CGEE estão atreladas a metas e a prazos descritos no Contrato de Gestão ins-

trumento de parceria e fomento firmado com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, tendo como interveniente a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, em 16 de abril de 2002, renovado em 2010 por mais um ciclo de seis anos e atualmente prorrogado até 30 de junho de 2017. Na pactuação relativa ao 11º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão, o Ministério da Educação foi adicionado como interveniente, tendo sido incluídos trabalhos voltados a sua área de atuação. Para o ano de 2016, o volume de recursos financeiros previstos no 11º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão foi superior ao orçamento de 2015 em 43,12%. Apesar desse expressivo acréscimo percentual o ano de 2016 não foi muito diferente de 2015, tendo todas as expectativas frustradas em face da escassez de recursos, exigindo a adoção de medidas mais enérgicas para a redução de custos. A despeito disso, o Centro conseguiu cumprir a contento os compromissos contratuais fixados para o exercício. A expectativa é que nos próximos anos essa situação seja alterada e possa ser recuperada a capacidade de investimento em C,T&I e consequentemente restabelecidas as condições para que a Instituição possa responder as demandas maiores da sociedade brasileira.

Nota 2 - Apresentação e Elaboração das Demonstrações Contábeis - As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei 6.404/1976 e suas alterações, no que couber a ITG 2002 - Resolução CFC 1.409/12 sobre Entidade sem finalidade de lucros e a ITG 1000 - Resolução CFC 1.418/12, nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, vigentes no exercício de 2016 e ainda com as disposições contidas no artigo 2º, alínea "i" da Lei 9.637/98, onde estabelece que numa possível desqualificação/extinção de uma Organização Social todo o patrimônio, sendo este gerado por atividades próprias ou vinculadas ao Contrato de Gestão, se reverte ao órgão fomentador ou instituição com as mesmas características. As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de forma a evidenciar as características próprias de uma entidade sem finalidade de lucros qualificada como Organização Social desde o início de suas atividades, cujo instrumento de relação entre o poder público é o "Contrato de Gestão" o qual é elaborado com base no princípio de fomento as atividades, conceito bem mais amplo que a ideia de subvenção ou de convênio e da pura e simples prestação de serviços.

Nota 3 - Principais Práticas e Diretrizes Contábeis - 3.1 Caixa e equivalente de caixa - Referem-se a saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, e são registradas ao custo de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos em base "pro rata temporis" até a data do balanço, não superando o valor de mercado. 3.2 Estimativas contábeis - A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração do CGEE use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos as estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, provisão para devedores duvidosos, provisão para contingências, mensuração de instrumentos financeiros básicos, e ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. O CGEE revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. 3.3 Instrumentos financeiros - O CGEE tem os seguintes instrumentos financeiros: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e recebíveis. - Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado. Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado no momento do reconhecimento inicial e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. - Investimentos mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, sem o registro do ajuste ao valor de mercado. - Recebíveis. Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem clientes e outros créditos a receber. O CGEE não se utiliza de instrumentos financeiros derivativos na gestão de seus recursos financeiros. 3.4 Imobilizado: Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. 3.5 Ativos intangíveis: correspondem a bens intangíveis adquiridos pelo CGEE e que têm vidas úteis finitas, sendo mensurados pelos custos, deduzidos da amortização acumulada. A amortização é calculada sobre o custo de um ativo deduzido do valor residual, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado. 3.6 Provisões - uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, quando o CGEE tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, em que o provável recurso econômico será exigido para liquidar a obrigação. 3.7 Apuração dos resultados - O Centro adota o regime de competência para o registro de suas receitas e despesas com base nas disposições contidas na Lei 6.404/1976 e suas alterações, no que couber a ITG 2002 - Resolução CFC 1.409/12 sobre Entidade sem finalidade de lucros e a ITG 1000 - Resolução CFC 1.418/12 e ainda nas disposições contidas nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, vigentes no exercício de 2016. 3.8 Receita operacional - Serviços: A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data da apresentação das demonstrações contábeis. 3.9 Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e descontos obtidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com multas, taxas bancárias e outras despesas vinculadas às aplicações financeiras mantidas pela Entidade.

Nota 4 - Caixa e equivalentes de caixa. O Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e investimentos financeiros com vencimentos à vista, ou até o vencimento contratado.

| | 2016 | 2015 |
|---|--------------|---------------|
| Banco/Caixa - Contratos administrativos (com restrição) | 1.166,48 | 36.785,54 |
| Banco/Caixa - Contrato de Gestão (com restrição) | 0,00 | 215,90 |
| Aplicações Financeiras- Contratos Administrativos (com restrição) | 2.273.034,79 | 1.816.124,46 |
| Aplicações Financeiras - Contrato de Gestão (com restrição) | 2.648.994,15 | 11.471.185,16 |
| Total | 4.923.195,42 | 13.324.311,06 |

Nota 5 - Contas a Receber - Os valores registrados nesta conta correspondem aos créditos junto às instituições com as quais o CGEE firmou contrato de gestão e prestação de serviços, cujo documento fiscal e nota de empenho já foram emitidos:

| Clientes | 2016 | 2015 |
|--|---------------|---------------|
| AES Tietê S/A | 22.987,52 | 0,00 |
| BAESA - Energética Barra Grande S/A | 0,00 | 11.250,00 |
| Campos Novos Energia S/A | 0,00 | 11.250,00 |
| CAPES - Fundação Coord. De Aperf.de Pessoal de Nível Superior | 199.690,00 | 0,00 |
| CEMIG - Geração e Transmissão S/A | 17.839,28 | 0,00 |
| CESP Companhia Energética de São Paulo | 204.133,98 | 0,00 |
| Companhia Sul Paulista de Energia | 17.839,28 | 0,00 |
| COPEL Distribuição S/A | 18.420,16 | 0,00 |
| COPEL Geração e Transmissão S/A | 1.993,24 | 0,00 |
| FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos | 0,00 | 5.000.000,00 |
| LIGTH Serviços de Eletricidade S/A | 40.826,80 | 39.173,88 |
| MCTIC - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e Comunicações | 6.595.310,00 | 8.000.000,00 |
| ME - Ministério dos Esportes | 1.239.750,00 | 1.239.750,00 |
| MEC - Ministério da Educação | 5.000.000,00 | 0,00 |
| (-) Perdas Estimadas | 0,00 | (619.875,00) |
| Total | 13.358.790,26 | 13.681.548,88 |

No ano de 2016 foi realizado o levantamento da estimativa do risco e da expectativa de perdas no contas a receber do Centro. Analisando pontos como: a) posição analítica das notas fiscais emitidas na data do balanço; b) expectativa de rescisão contratual e; c) atraso no repasse dos recursos de produtos já entregues e faturados. Dentro desse cenário verificou-se que no ano de 2016, não há elementos que corroboram com a necessidade de constituição de provisão de perdas estimáveis.

Nota 6 - Adiantamento a fornecedores: Em razão dos contratos firmados com cláusulas específicas, entres outros, esse grupo contábil registra os adiantamentos realizados aos fornecedores no montante de R\$ 270.991,91 (R\$ 266.309,36 - 2015).

Nota 7 - Imobilizado e Intangível: Na análise dos indicadores internos e externos não foram identificados motivos que levassem a Administração do CGEE a apurar e consequentemente registrar eventual perda do valor recuperável dos bens do seu ativo imobilizado (impairment).

O imobilizado e o intangível guardam a seguinte composição:

| Descrição | Taxa de Depreciação | 2016 | 2015 |
|---------------------------------------|---------------------|----------------|----------------|
| Imobilizado | | | |
| Equipamento de Informática | 20% | 1.941.596,33 | 2.093.503,02 |
| Instalações | 10% | 563.602,18 | 563.602,18 |
| Máquinas e Equipamentos de Escritório | 10% | 66.575,45 | 66.575,45 |
| Móveis e Utensílios | 10% | 653.190,02 | 653.190,02 |
| Equipamentos de Audiovisual | 20% | 354.399,94 | 354.399,94 |
| Benfeitorias em Imóveis de Terceiros | 24% | 318.812,24 | 318.812,24 |
| (-) Depreciações | - | (2.967.573,09) | (2.651.586,71) |
| Subtotal do Imobilizado | - | 930.603,07 | 1.398.496,14 |
| Intangível | | | |
| Sistemas Aplicativos - Software | 20%-100% | 1.430.651,77 | 1.390.240,86 |
| (-) Amortizações | - | (1.372.452,90) | (1.189.841,91) |
| Subtotal do Intangível | - | 58.198,87 | 200.398,95 |
| Total do Imobilizado e Intangível | - | 988.801,94 | 1.598.895,09 |

Nota 08 - Fornecedores: Demonstramos a razão os saldos dos principais fornecedores de materiais e serviços

| Fornecedores | 2016 | 2015 |
|---|------------|------------|
| ALELO - Companhia Brasileira de Soluções e Serviços | 114.755,98 | 0,00 |
| Caixa de Assistência Social da FIPECO | 61.975,20 | 79.761,48 |
| Centro Empresarial Parque Cidade | 38.098,31 | 39.518,45 |
| EXCEN - Centro de Excelência em Eficiência Energética LTDA | 0,00 | 20.000,00 |
| IBM Brasil Indústria Máquinas e serviços LTDA | 0,00 | 9.313,47 |
| IComunicação Integrada EIRELLI - EPP | 0,00 | 26.232,85 |
| IEI-LA Escritório Regional do International Energy Initiative | 0,00 | 56.000,00 |
| Office Administração e Serviços | 35.420,16 | 32.782,97 |
| Plugar Informações Estratégicas S/A | 0,00 | 40.045,44 |
| PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do BB | 0,00 | 245.597,35 |
| Outros Fornecedores | 25.099,75 | 27.225,39 |
| Totais | 275.349,40 | 576.477,40 |

Nota 09 - Provisão de Férias e Encargos Sociais: Em razão das obrigações trabalhistas oriundas das contratações de funcionários para os quadros do CGEE mantem-se em 2016 uma provisão para férias e encargos sociais no montante de R\$ 1.080.034,23 (R\$ 1.238.441,85 - 2015).

Nota 10 - Provisão Contratos de Bens e Serviços: Para os contratos firmados no período de vigência até 2016, em que os contratados estão em processo de execução do serviço (produto) e não há fatos que emanem suspeitas ou incertezas do descumprimento de prazos ou entrega dos produtos previstos e ainda com base em uma estimativa confiável do montante da obrigação estabelecida em cláusula contratual e diante da provável saída de recursos para liquidar tal obrigação, foi apropriado em 2016 o valor correspondente a R\$ 1.054.167,73 a título de provisão (R\$ 1.692.772,45-2015).

Nota 11 - Outras Contas a Pagar

| | 2016 | 2015 |
|------------------------------------|------------|-----------|
| Ressarcimento - Pessoal Cedido (a) | 58.342,06 | 28.321,68 |
| Créditos a compensar (b) | 65.658,41 | 51.162,50 |
| Saldo bancários a compensar (c) | 221.638,19 | 0,00 |
| Totais | 345.638,66 | 79.484,18 |

a) Provisão ressarcimento pessoal cedido - devido a contratação de pessoal cedido de instituições de ensino para composição do quadro funcional do CGEE foi acordado a restituição dos valores custeados pelo órgão de origem. Sendo assim, apropria-se a provisão correspondente ao valor dos custos mensais. b) Créditos a compensar/Desconto em folha - Valores relativos a descontos realizados em folha de pagamento para garantir o contrato de empréstimos consignado dos funcionários que ainda não foram debitados na conta corrente do CGEE, entre outros. c) Saldo bancários a Compensar/Agendados - Referem-se a agendamentos de pagamentos realizados no período que antecede o recesso de final de ano nas festividades de natal e ano novo.

Nota 12 - Patrimônio Social Líquido: O patrimônio social líquido é formado pelo acúmulo dos superávits e déficits apurados em função das atividades operacionais executadas pelo CGEE. Essa conta registra o resultado operacional do Contrato de Gestão e dos contratos administrativos. O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, considerando a "essência" nos registros dos atos e fatos contábeis das suas operações optou por continuar mantendo o registro operacional do Contrato de Gestão e contratos administrativos no resultado da Instituição, por entender que esta opera desde o início de suas atividades como organização qualificada como "OS" visto que, a vinculação da possível devolução de recurso/patrimônio será no momento da desqualificação ou extinção da instituição (Lei 9637/98) e não ao término do Contrato de Gestão ou dos contratos administrativos. Dessa forma, entende-se que todo o seu patrimônio é passível da restrição legal e poderá ser gerido pela instituição em sua totalidade, no entanto, em uma possível desqualificação, este deverá ser revertido para o ente fomentador ou instituição semelhante. De acordo com a Cláusula Sexta do Décimo Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Gestão (2010-2017) celebrado entre a União e o CGEE deve ser mantida uma Reserva Técnica de R\$ 4.477.740,82, neste exercício (R\$ 8.954.297,69-2015).

Nota 13 - Receitas: a) Contrato de Gestão - O CGEE registrou no exercício de 2016 uma receita de fomento vinculada ao Contrato de Gestão no valor de R\$ 11.595.310,00 (R\$ 8.000.000,00 - 2015), escriturados no ativo circulante a receber. b) Contratos Administrativos - A receita registrada no ano de 2016 dos contratos administrativos corresponde a R\$ 3.828.303,14 (R\$ 1.957.221,28-2015). Demonstrados no quadro a seguir:

QUADRO DE RECEITAS DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

| Contratantes | 2016 | 2015 |
|---------------------------------------|--------------|--------------|
| AES TIETE S/A | 322.958,61 | 61.673,89 |
| BAESA - Energética Barra Grande S/A | 130.258,45 | 30.836,94 |
| Banco Mundial | 76.500,00 | 0,00 |
| CAPES | 315.300,00 | 0,00 |
| CESP - Companhia Energética São Paulo | 1.431.151,26 | 308.369,42 |
| CEMIG - Geração e Transmissão S/A | 248.775,49 | 61.673,89 |
| COPEL Distribuidora S/A | 133.888,29 | 30.836,94 |
| COPEL - Geração e Transmissão S/A | 147.501,44 | 30.836,94 |
| Companhia Sul Paulista de Energia | 304.123,13 | 39.173,88 |
| Embaixada Britânica - Energy | 0,00 | 10.602,20 |
| Embaixada do Reino Unido da Suécia | 30.800,00 | 0,00 |
| ENERCAM - Campos Novos Energia S/A | 130.258,45 | 30.836,94 |
| LIGTH Serviços de Eletricidade S/A | 294.263,02 | 39.173,88 |
| Ministério do Esporte ME | 0,00 | 1.305.000,00 |
| PNUMA | 262.525,00 | 0,00 |
| Universidade DURHAM | 0,00 | 8.206,36 |
| Agência Nacional de Águas | 70.000,00 | 0,00 |
| Totais | 3.898.303,14 | 1.957.221,28 |

c) Receitas financeiras - O CGEE obteve no exercício de 2016 uma receita financeira de R\$ 953.586,92 (R\$ 2.240.275,96-2015) conforme discriminação a seguir:

| Aplicações Financeiras e Outras Receitas | Contrato de Gestão | Outros Recursos |
|--|--------------------|-----------------|
| Aplicações Financeiras | 694.056,00 | 232.309,50 |
| Variáveis Monetárias Ativas | 80,88 | 0,00 |
| Descontos obtidos/Variações | 26.710,04 | 430,50 |
| | 720.846,92 | 232.740,00 |
| Total Geral | 953.586,92 | |

Nota 14 - Despesas - As despesas incorridas no exercício pelo CGEE, visando cumprir seus objetivos, corresponderam ao montante de R\$ 25.191.570,56 (R\$ 32.419.666,19 - 2015), sendo R\$ 21.807.008,70 (R\$ 30.705.731,10 - 2015) de recursos oriundos do Contrato de Gestão e R\$ 3.384.561,86 (R\$ 1.713.935,09 - 2015) amparados por receitas advindas de Contratos Administrativos.

Nota 15 - Outras Informações. a) Seguros - O CGEE mantém apólice de seguros em valor suficiente para cobrir eventuais sinistros com os bens do seu ativo imobilizado. b) Ação Civil Pública - Consta um processo de ação Civil Pública de improbidade administrativa nº 0008469-88.2010.4.03.6103 ajuizado pelo Ministério Público Federal onde o CGEE é citado como réu às penas previstas na Lei de improbidade administrativa nos contratos celebrados com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE nºs RD 01.06.182.0/2005 e RD 01.06.153.0/2006, no valor total atualizado de R\$ 588.588,79 (quinhentos e oitenta e oito mil, quinhentos e oitenta e oito reais, setenta e nove centavos). Processo acompanhado pela assessoria jurídica representada por Rubens Naves, Santos Júnior Advogados, que classificou a possibilidade de perda como possível em 31/12/2016. c) Fiscalização - Constatam, em vias administrativas, junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB dois processos nºs 10166.722724/2011-30 e 10166.722722/2011-41, resultantes do auto de infração - AI, proveniente do Mandado de Procedimento Fiscal (MPF) nº 01.1.01.00.2010-01041-3 emitido em 10/12/2010 compreendendo o período fiscalizado de janeiro/2007 a dezembro/2008 no valor total atualizado de R\$ 1.746.344,62 (um milhão, setecentos e quarenta e seis mil, trezentos e quarenta e quatro reais, sessenta e dois centavos) e referem-se a multas pela falta de retenção do IRRF (DIÁRIAS) e de cumprimento de obrigações acessórias, ausência de recolhimento de obrigações relativas a contribuições previdenciárias da rubrica paga a título de "DIÁRIAS" e "AUXÍLIO MORADIA". Ambos os processos foram impugnados administrativamente via assessoria jurídica representada por Rubens Naves, Santos Júnior Advogados, que classificou a possibilidade de perda como possível em 31.12.2016. d) Compromissos e créditos futuros - O CGEE mantém contratos firmados com seus fornecedores de serviços e materiais no montante de R\$ 7.381.150,40 e de contratos firmados com seus clientes no valor de R\$ 3.626.117,35, que não configura no resultado do exercício em 2016, podendo ou não se realizar em exercícios subsequentes.

Brasília, 31 de dezembro de 2016
IRIS MARY DUARTE CARDOSO VIEIRA
Contadora CRC-TO 000625/O-4 "S" DF-
CPF 768.155.871-34

MARIANO FRANCISCO LAPLANE
Presidente do CGEE/OS-CPF 096.769.418-32

ANEXO

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.



Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Continuidade operacional - Chamamos a atenção para o fato de que a Entidade apresenta um histórico de sucessivos e relevantes déficits operacionais e escassez de recursos por meio de novos projetos. Os planos da Administração para manutenção das atividades estão descritos na Nota Explicativa nº 1. As demonstrações contábeis mencionadas no primeiro parágrafo foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal das atividades e, assim, não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos, que seriam requeridos na impossibilidade de a Entidade continuar operando. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Processos judiciais e administrativos - Chamamos à atenção para a Nota Explicativa nº 15, itens b. e c. às demonstrações contábeis, que descreve as incertezas relacionadas aos desfechos do processo da ação civil pública de improbidade administrativa e dos processos administrativos junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, respectivamente. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas para fins de comparação foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 10 de fevereiro de 2016, com modificação na opinião por limitação de escopo pelo não recebimento de determinadas confirmações com terceiros e as mesmas ênfases mencionadas na seção "Ênfase" desse relatório.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileira e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos o julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade; - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional; - Avaliamos a apre-

sentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos

Brasília, 10 de fevereiro de 2017.

BDO RCS AUDITORES INDEPENDENTES S/S
- CRC 2 SP 013846/O-1-S-DF

ALFREDO FERREIRA MARQUES FILHO
Contador CRC 1 SP 154954/O-3-S-DF

PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. Aos dezessete dias do mês de fevereiro de 2017, na sede do CGEE, foi realizada a quadragésima sexta reunião ordinária do Conselho Fiscal do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos que, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame da documentação representada pelo balanço, relatórios, demonstrações financeiras, fluxo de caixa e Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016. Considerando o Parecer dos Auditores Independentes, bem como os esclarecimentos prestados pelo Gestor Administrativo e pela Coordenadora Financeira, os Membros do Colegiado são de opinião de que as demonstrações apresentadas pelo CGEE estão em condições de serem encaminhadas para apreciação e aprovação do Conselho de Administração.

Brasília, 17 de fevereiro de 2017
JOSÉ ROBERTO ALVES CORRÊA
Presidente

ANTÔNIO ALBERTO PINHEIRO
Conselheiro

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO

O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE é uma entidade constituída sob a forma de Associação Civil, sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social pelo Decreto nº 4.078, nos termos da Lei 9.637/98, objetivando parceria para o fomento e execução de atividades na área de CT&I. Desde 2002, o CGEE mantém Contrato de Gestão com a União, supervisionado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC. O ano de 2016 foi bastante desafiador para a Organização Social, por conta dos desdobramentos da crise política e fiscal enfrentada pelo País e de suas repercussões no SNCTI. No caso dos trabalhos conduzidos no âmbito do Contrato de Gestão o Centro concentrou-se no pleno cumprimento das metas inscritas no 11º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão que pactuou o Plano de Ação de 2016. Apesar das dificuldades enfrentadas, todas as metas estabelecidas nesse instrumento foram atingidas. Isso só foi possível como resultado de ajustes significativos no quadro de empregados do CGEE e pela substancial redução das despesas de manutenção e operação. A assinatura do 11º Termo Aditivo, embora tardia, materializou a retomada de um diálogo construtivo com a alta administração do Órgão Supervisor e o relacionamento mais estreito com o MEC que, além de aportar recursos, transformou-se em interveniente no Contrato de Gestão. Destaques dos trabalhos do Contrato de Gestão incluem a sequência de estudos sobre recursos humanos em CTL, em particular o lançamento do estudo Mestres e Doutores 2015. Os produtos das rotinas de observação sobre tecnologias de interesse para o programa espacial brasileiro revelaram oportunidades ímpares para o desenvolvimento da indústria brasileira a partir da construção e lançamento de pequenos satélites (Cubesats), cumprindo missões de diferentes e variadas naturezas, especialmente em um país com a dimensão territorial do Brasil. Os estudos do CGEE nos temas de mudanças climáticas e desertificação alcançaram repercussão internacional, com destaque para o lançamento da Plataforma para o Biofuturo, iniciativa do Brasil e de demais países aderentes, ocorrido no Pavilhão do Marrocos na COP 22, em Marrakesh. No caso dos contratos administrativos, destaca-se a entrega dos produtos finais relacionados com o projeto contratado junto à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), com insumos para a elaboração da nova agenda nacional de pós-graduação que incluíram: um mapa de temas estratégicos a serem considerados pelos cursos de pós-graduação nas 49 áreas de avaliação gerenciadas pela Capes. O estudo prospectivo sobre oportunidades de P&D de interesse para as empresas do setor elétrico realizado em estreita articulação com a Aneel e 10 empresas do setor, teve continuidade em 2016 e apresentou os seus primeiros diagnósticos setoriais. Ainda no que se refere a contratos administrativos, ressalta-se a continuidade da preparação do projeto Observatório de Tecnologias para Cidades Sustentáveis, cuja proposta final foi apresentada ao GEF (Banco Mundial), com investimentos no Centro da ordem de US\$ 3.500.000,00 em cinco anos. Este Relatório destaca ainda os resultados obtidos em outros três contratos administrativos menores, dois deles demandados por instituição sueca (Growth Analysis), um para que se possa avançar na análise dos desdobramentos potenciais esperados para a economia brasileira do projeto de aquisição e desenvolvimento do caça Gripen NG e outro voltado para o estreitamento dos laços entre as instituições brasileiras e suecas para realização de estudos de interesse dos dois países na área de produção de celulose. Outro estudo diz respeito à contratação do CGEE pelo Banco Mundial para o apoio à edição de publicação abrangente sobre a seca no Nordeste brasileiro.

Objetivando atender o disposto no § 1º do Art.12 da Portaria MCTI nº 967/2011, apresentamos os saldos acumulados do Contrato de Gestão - exercício 2016 a serem reprogramados para 2017.

| SalDOS Acumulados do Contrato de Gestão - Exercício 2016 - Quadro Resumo* | |
|---|----------------|
| SalDOS de exercícios anteriores | 13.014.623,56 |
| Reincorporação de SalDOS do CG - TCU | 305.604,58 |
| Créditos Líquidos recebidos no exercício 2016 | 10.773.840,17 |
| Subtotal (A) | 24.094.068,31 |
| Desembolsos/Dispêndios no exercício 2016 | 21.199.385,20 |
| Subtotal (B) | 21.199.385,20 |
| Créditos a receber | 11.595.310,00 |
| Compromissos a pagar | (7.291.907,95) |
| Subtotal (C) | 4.303.402,05 |
| Total (A-B+C) | 7.198.085,16 |
| Ajuste a estorno de crédito (D) | 228.054,93 |
| Saldo a reprogramar (A-B-C+D) | 7.426.140,09 |
| Composição: | |
| Reserva Técnica | 4.477.740,82 |
| Saldo de ações a serem continuadas | 5.923.146,44 |
| Saldo de ações concluídas | (3.603.078,73) |
| Excedente financeiro a repactuar | 628.331,56 |
| Total Composição Saldo | 7.426.140,09 |

*O demonstrativo detalhado é parte integrante do Relatório Final do Contrato de Gestão 2016.

IRIS MARY DUARTE CARDOSO VIEIRA
Contadora do CGEE/OS-
CRC-TO 000 625/O-4 "S" DF
CPF 768.155.871-34

MARIANO FRANCISCO LAPLANE
Presidente do CGEE/OS-
CPF 096.769.418-32

EDUARDO MOACYR KRIEGER
Presidente do Conselho de Administração do
CGEE/OS
CPF 015.326.428-49

COMISSÃO PRÓ-FUNDAÇÃO DO SINDICATO DOS BOMBEIROS CIVIS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - SINDIBOMBEIROSMS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A Comissão Pró-Rerratificação da Fundação do Sindicato dos Bombeiros Civis do Estado de Mato Grosso do Sul - SINDIBOMBEIROSMS, com endereço para correspondência na Trav. Ângelo Fragelli nº 7, Jardim América, CEP 79080-165, na cidade de Campo Grande/MS, convoca todos os membros da categoria das cidades de Água Clara, Alcinoópolis, Amambai, Anastácio, Anaurilândia, Angélica, Antônio João, Aparecida do Taboado, Aquidauana, Aral Moreira, Bandeirantes, Bataguassu, Batayporã, Bela Vista, Bodoquena, Bonito, Brasilândia, Caarapó, Camapuã, Campo Grande, Caracol, Cassilândia, Chapadão do Sul, Corguinho, Coronel Sapucaia, Corumbá, Costa Rica, Coxim, Deodápolis, Dois Irmãos do Buriti, Douradina, Dourados, Eldorado, Fátima do Sul, Figueirão, Glória de Dourados, Guia Lopes da Laguna, Iguatemi, Inocência, Itaporã, Itaquiraí, Ivinhema, Japorã, Jaraguari, Jardim, Jateí, Juti, Ladário, Ita-guara Carapã, Maracaju, Miranda, Mundo Novo, Naviraí, Nioaque, Nova Alvorada do Sul, Nova Andradina, Novo Horizonte do Sul, Paraíso das Águas, Paranaíba, Paranhos, Pedro Gomes, Ponta Porã, Porto Murtinho, Ribas do Rio Pardo, Rio Brillante, Rio Negro, Rio Verde de Mato Grosso, Rochedo, Santa Rita do Pardo, São Gabriel do Oeste, Selvíria, Sete Quedas, Sidrolândia, Sonora, Tacuru, Taquarussu, Terenos, Três Lagoas e Vicentina, para participarem de uma assembleia geral de Rerratificação da fundação da entidade, a ser realizada no dia 04/04/2017, na Trav. Ângelo Fragelli nº 7, Jardim América, na Cidade de Campo Grande/MS, às 9h em primeira convocação e às 9h30min em segunda e última convocação, com qualquer número de participantes, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Rerratificação da Fundação do Sindicato dos Bombeiros Civis do Estado de Mato Grosso do Sul - SINDIBOMBEIROSMS; b) Leitura e Aprovação do Estatuto Social; c) Eleição e Posse da Diretoria e Conselho Fiscal; d) Filiação à FORÇA SINDICAL.

Campo Grande - MS, 13 de março de 2017.
FABIANO CAMPEIRO CLAUDINO
CPF 733.945.561-20
Membro da Comissão

EDMAR CORREA PEREIRA
CPF 715.169.561-68
Membro da Comissão

DANNRLEY MAYK SOARES BALBUENA
CPF 049.274.491-22
Membro da Comissão